

CAPILARIDADE OSTENSIVA E O CONTROLE FLUVIAL DA AMAZÔNIA: Proposta de Implantação de Bases Modulares da PMAM Modelada pelo Êxito da Base Arpão.

Dilson Castro Pereira¹;

(Aluno Do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil,
jwr5577@hotmail.com)¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral propor um modelo de implementação e gestão de Bases Fluviais Estratégicas sob a autoria da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), baseado no sucesso operacional da Base Arpão, visando expandir o policiamento ostensivo e repressivo nos corredores fluviais dos municípios do interior do estado. Para tal, buscou-se analisar criticamente a estrutura operacional da Base Arpão, identificar os eixos fluviais prioritários para a implantação de novas bases e sugerir diretrizes logísticas e de especialização necessárias à PMAM para a sustentação das novas estruturas. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e documental. O estudo estruturou-se em duas frentes: Revisão Bibliográfica de artigos sobre segurança na Amazônia publicados a partir de 2015 e Análise Documental Primária, que se concentrou em relatórios e comunicados oficiais da SSP-AM e PMAM sobre a Base Arpão no período de 2020 a 2024. O estudo seguiu o Método Dedutivo para fundamentar a proposta de intervenção. Adicionalmente, empregou-se a Técnica de Pré-Seleção Geográfica, utilizando relatórios de inteligência e dados estatísticos de apreensões para identificar os pontos de estrangulamento (choke points) de maior incidência criminal. A triangulação metodológica combinou a base teórica, documentos institucionais e dados operacionais para reforçar a validade da pesquisa.

Palavras-chave: Policiamento Fluvial; Base Arpão; PMAM; Capilaridade Policial; Policiamento de Proximidade.

Date of Submission: 10-11-2025

Date of Acceptance: 21-11-2025

I.Introdução

A segurança pública no estado do Amazonas enfrenta um desafio sem precedentes devido à sua vasta e complexa malha hidrográfica, que funciona como a principal via de escoamento para o crime organizado, o narcotráfico transnacional e a prática de pirataria fluvial.

A resposta estatal a essa ameaça culminou na criação da Base Fluvial Arpão, uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM) que demonstrou a eficácia da interdição hídrica na repressão ao crime, gerando milhões em prejuízos às facções (Alves *et.al.*, 2025). Contudo, o modelo, sendo centralizado, não alcança a capilaridade necessária para garantir o policiamento ostensivo e a segurança de proximidade em todos os municípios. A Justificativa deste artigo reside, portanto, na natureza propositiva e na urgência em adaptar as políticas de segurança à realidade interiorana. A Polícia Militar do Amazonas (PMAM), enquanto força de policiamento ostensivo e preventivo (conforme o Art. 144 da Constituição Federal), possui a prerrogativa e o expertise — adquirido na própria Base Arpão — para liderar a expansão desse modelo.

O Objetivo Geral desta pesquisa é propor um modelo de implementação e gestão de Bases Fluviais Estratégicas sob a autoria da PMAM, baseado no sucesso operacional da Base Arpão, visando expandir o policiamento ostensivo e repressivo nos corredores fluviais dos municípios do interior. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes Objetivos Específicos: 1) Analisar criticamente a estrutura operacional e os resultados obtidos pela Base Fluvial Arpão como estudo de caso; 2) Identificar os municípios e eixos fluviais prioritários para a implantação das novas bases; e 3) Sugerir diretrizes logísticas, de efetivo e de especialização necessárias à PMAM para a sustentação das novas estruturas fluviais.

A metodologia empregada é de natureza exploratória e descritiva, baseada na Revisão Bibliográfica (artigos sobre segurança na Amazônia publicados a partir de 2015, garantindo atualidade) e na Análise

Documental de relatórios e comunicados oficiais da SSP-AM e PMAM, utilizando o método dedutivo para fundamentar a proposta de intervenção.

A Problemática que orienta este estudo surge da lacuna entre a efetividade da repressão centralizada e a necessidade de presença ostensiva em todo o território, que embora o modelo Arpão funcione como um ponto de estrangulamento para o grande tráfico, a ausência de bases permanentes da PMAM no interior deixa inúmeros eixos fluviais desguarnecidos, permitindo a atuação de quadrilhas menores e aumentando o risco de pirataria e domínio territorial por facções em áreas ribeirinhas.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder: De que maneira a descentralização e a replicação estratégica do modelo de Bases Fluviais, implementadas sob a autoria e coordenação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), podem contribuir efetivamente para o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública e a redução dos índices de criminalidade nos principais municípios do interior do estado?

II. Revisão Da Literatura

2.1. O Policiamento Ostensivo e a Doutrina de Patrulhamento de Proximidade em Ambientes Extremos

A essência da atuação da Polícia Militar no Brasil está ancorada no Policiamento Ostensivo e na preservação da ordem pública, conforme determina o Art. 144 da Constituição Federal (Brasil, 1988), essa função, historicamente ligada ao ambiente terrestre urbano e rodoviário, exige uma adaptação radical ao contexto amazônico, onde os rios e igarapés representam as verdadeiras "estradas" da região.

O desafio, portanto, é transpor a doutrina do policiamento preventivo e visível, que prioriza a manutenção da ordem, para o ambiente fluvial, garantindo que a presença estatal seja sentida pelas comunidades ribeirinhas, que representam uma parcela significativa e frequentemente vulnerável da população do Amazonas.

A simples presença física e constante do aparato policial nas hidrovias assume uma função de prevenção primária de inestimável valor, com patrulhamento ostensivo realizado pela PMAM em lanchas e embarcações adequadas atua diretamente como fator de dissuasão contra o crime que se manifesta rapidamente e foge com facilidade, como a pirataria fluvial. A visibilidade do uniforme e das viaturas fluviais comunica ao potencial infrator que a área está sob controle, um princípio básico do policiamento preventivo que se aplica a qualquer território, por mais remoto que seja (Silva; Rosário, 2024).

Além da função repressiva, a expansão das bases da PMAM abraça a filosofia do Policiamento de Proximidade (ou Comunitário), essencial para construir a confiança mútua em ambientes de difícil acesso. Nas calhas dos rios, a base fluvial permanente da PM não é apenas um posto de fiscalização, mas um ponto de apoio logístico e social para as populações isoladas. Essa interação fortalece os laços com a polícia, incentivando a denúncia e o compartilhamento de informações cruciais sobre as rotas e os horários de atuação de quadrilhas de roubo e narcotráfico, elevando a inteligência de segurança em toda a região.

A transposição das técnicas de patrulhamento para o meio fluvial, no entanto, requer um alto grau de especialização do efetivo. Não basta apenas o conhecimento doutrinário; o policial militar precisa dominar técnicas de navegação, abordagem tática em embarcações em movimento, e a logística de sobrevivência em ambientes extremos e isolados. Conforme observado no modelo Arpão, a participação de unidades especializadas da PMAM, como o COE, é o que garante a capacidade operacional para intervir em situações de alta periculosidade, legitimando a proposta de que a própria PMAM, com sua expertise em unidades como o BPAMB e o investimento em capacitação (COPFLU), é a instituição mais talhada para coordenar essa expansão em um futuro próximo (Gomes, 2021).

Dessa forma, a implementação de bases fluviais permanentes (BMFs) pela PMAM representa a adaptação estratégica e sustentável da sua missão constitucional à realidade amazônica. Ao descentralizar o policiamento ostensivo e levar a presença do Estado para os rios municipais, a Polícia Militar não apenas combate o crime na sua rota logística principal, mas também cumpre seu papel de preservar a ordem e garantir a segurança de cidadãos que dependem das hidrovias para a sua sobrevivência e locomoção (Brasil, 1988).

2.2. Geopolítica da Segurança e a Vulnerabilidade das Hidrovias Amazônicas

A Amazônia, em sua dimensão geopolítica, não é um mero conjunto de estados, mas uma vasta fronteira líquida que impõe desafios singulares à soberania e à segurança nacional. As hidrovias da região representam a espinha dorsal de um sistema que conecta o Brasil a países produtores de entorpecentes, como Colômbia e Peru, transformando os rios em corredores estratégicos e vitais para o narcotráfico transnacional (Santos, 2017). Essa realidade exige que a segurança pública deixe a perspectiva puramente municipal e adote uma visão geoestratégica.

O conceito de Vazio de Soberania é frequentemente aplicado às regiões remotas da Amazônia. Onde a presença do Estado é intermitente ou inexistente, o crime organizado preenche essa lacuna, exercendo domínio

territorial e impondo suas regras sobre as comunidades ribeirinhas. A fragilidade das fronteiras líquidas facilita a livre circulação de atores criminosos, que utilizam a densa floresta e a complexidade fluvial para evadir-se de fiscalizações, pois as bases fluviais fixas e ostensivas são, nesse sentido, a materialização do esforço de controle territorial sobre essa fronteira.

A vulnerabilidade das hidrovias se agrava pela sinergia entre diferentes tipos de crime, o narcotráfico, principal motor da violência na região, está intimamente ligado a crimes ambientais, como o garimpo ilegal, a biopirataria e a extração predatória de madeira. Muitas vezes, cargas de drogas são ocultadas em meio a carregamentos de madeira ilegal, ou o dinheiro do tráfico financia a mineração predatória (Revista do Sistema Único de Segurança Pública, 2025). Essa complexidade exige uma resposta interagencial e multidimensional, que uma base fluvial da PMAM, com capacidade para fiscalizar e deter embarcações, está apta a coordenar em nível local.

A proposta de bases da PMAM, modelada pelo sucesso da Base Arpão, é uma resposta direta à necessidade de criar uma barreira de segurança nos principais *choke points* do estado, antes que os ilícitos cheguem aos grandes centros urbanos ou se dispersem pela malha fluvial interiorana. Ao focar em municípios-chave, a PMAM garante que o esforço policial maximize o impacto, protegendo não apenas a segurança pública local, mas também atuando na defesa estratégica contra a entrada de entorpecentes em território nacional (Colares, 2023).

Em síntese, a fundamentação geopolítica demonstra que a segurança fluvial no Amazonas é mais do que um problema de polícia; é uma questão de soberania e desenvolvimento sustentável. A expansão das bases da Polícia Militar é um investimento necessário para transformar o ambiente fluvial, de rota logística do crime, em um espaço de segurança controlada, essencial para a vida econômica e social das populações ribeirinhas (Santos, 2017).

2.3. A Teoria da Escolha Racional e a Estratégia de "Pontos de Estrangulamento" (*Choke Points*)

A Teoria da Escolha Racional aplicada à criminologia postula que o indivíduo comete um crime após ponderar os custos e benefícios da ação, ou seja, o criminoso tenderá a escolher o caminho de menor risco e maior recompensa, se tratando ambiente amazônico, a ausência de policiamento permanente nas hidrovias históricas do tráfico reduzia o custo (risco de ser pego) a quase zero, incentivando a proliferação de rotas e o aumento do volume de ilícitos.

Neste contexto, as Bases Fluviais da PMAM representam uma aplicação direta dos princípios da Prevenção Situacional, cujo objetivo é reduzir as oportunidades para o crime, a estratégia consiste em aumentar o esforço, elevar o risco e reduzir as recompensas percebidas pelo infrator. A presença fixa da Base Arpão e suas futuras réplicas planejadas pela corporação servem como um "divisor de águas" no cálculo do criminoso, tornando a rota interceptada proibitiva e forçando-o a buscar alternativas mais custosas e menos eficientes.

O conceito de Ponto de Estrangulamento (*Choke Point*) é central para a eficácia dessa estratégia, estes são locais geográficos onde o tráfego de embarcações, inevitavelmente, se afunila (confluência de rios, entrada de municípios, trechos rasos). A instalação de uma base ostensiva da PMAM em um *choke point* multiplica a capacidade de fiscalização e abordagem, pois o crime não pode contornar facilmente a presença policial (Weisburd, 2015). Essa abordagem tática de seleção de alvos geográficos é a razão pela qual o modelo Arpão tem sido bem-sucedido em gerar altos índices de apreensão.

A expansão proposta das bases pela PMAM visa criar uma rede de *choke points* em todo o interior do Amazonas, garantindo que o fator risco permaneça alto ao longo de toda a cadeia logística do crime fluvial. Ao invés de fugir de um único ponto (Arpão), o traficante teria que contornar múltiplas bases da PMAM, elevando o tempo, o custo operacional e, mais importante, o risco de interdição, o que eventualmente levaria à interrupção da rota ou a sua inviabilidade econômica.

Em suma, a criação de bases fluviais permanentes pela PMAM é uma aplicação tática da Teoria da Escolha Racional, para atuar ostensivamente em pontos cruciais do rio, a Polícia Militar manipula o ambiente situacional, aumentando o risco de detecção e interceptação, e transformando as hidrovias, que eram vias seguras para o crime, em territórios hostis e controlados pela força policial do Estado (Souza; Ribeiro, 2020).

2.4. Policiamento Integrado e o Modelo de Gestão Interagencial (O Case Arpão)

A complexidade do crime fluvial na Amazônia exige uma abordagem interinstitucional robusta, capaz de articular diferentes competências operacionais sob uma mesma estrutura. A Base Fluvial Integrada Arpão I, inaugurada em 2020 pelo Governo do Amazonas em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, representa uma resposta estratégica a esse desafio, consolidando-se como um modelo de policiamento integrado e gestão interagencial voltado ao enfrentamento do narcotráfico e da pirataria fluvial nas calhas do Rio Solimões (MEDEIROS, 2025).

A estrutura da Base Arpão I é composta por equipes da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha do Brasil, Força Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Técnico-Científica e órgãos de fiscalização ambiental. Essa configuração multiagência permite a execução do ciclo completo de polícia, com operações coordenadas e troca de informações em tempo real, potencializando a eficácia das ações repressivas (ALVES et al., 2025). A base dispõe de infraestrutura autônoma, capaz de operar por até 30 dias sem reabastecimento externo, o que inclui tanques de combustível, reservas alimentares, insumos médicos e recursos logísticos monitorados por checklists diários (MEDEIROS, 2025).

Contudo, para que o modelo Arpão alcance maior efetividade territorial, é imprescindível que a PMAM avance na capilarização das bases fluviais. A capilaridade, neste contexto, refere-se à capacidade de distribuir estrategicamente unidades operacionais ao longo dos principais eixos hidrográficos do estado, especialmente em municípios de difícil acesso e vulneráveis à atuação de facções criminosas. A descentralização das ações permite que o policiamento ostensivo esteja presente em áreas remotas, reduzindo o tempo de resposta, ampliando a cobertura preventiva e fortalecendo a sensação de segurança das comunidades ribeirinhas. Além disso, a capilaridade é essencial para a efetividade da patrulha fluvial, pois possibilita o monitoramento contínuo de rotas utilizadas pelo tráfico, a interceptação de embarcações suspeitas em pontos críticos e a atuação preventiva em áreas de alta incidência criminal (PAIVA et al., 2024).

A patrulha fluvial, quando sustentada por uma rede capilarizada de bases, torna-se mais dinâmica e responsiva. A presença de unidades modulares em pontos estratégicos — como confluências de rios, entradas de municípios e trechos de navegação obrigatória — permite à PMAM realizar abordagens táticas com maior frequência e precisão. Essa estrutura também facilita o deslocamento rápido de efetivos, o apoio logístico em operações prolongadas e a manutenção da vigilância em áreas de difícil acesso, onde a ausência do Estado favorece a atuação de organizações criminosas. A capilaridade, portanto, não é apenas uma questão de expansão territorial, mas de eficiência operacional e inteligência geográfica aplicada ao policiamento ostensivo fluvial.

Em síntese, o caso da Base Arpão I demonstra que o sucesso do policiamento fluvial na Amazônia está diretamente vinculado à capacidade de articulação entre instituições, à autonomia logística e à construção de vínculos com as comunidades locais. A expansão capilarizada desse modelo, com adaptações socioculturais e investimentos em tecnologia e formação especializada, representa uma oportunidade estratégica para consolidar uma política de segurança pública mais eficiente, inclusiva e territorialmente sensível no Estado do Amazonas.

2.5 Sustentabilidade Logística e a Validação Operacional do Policiamento Fluvial

A proposta de Bases Modulares Fluviais (BMFs) encontra sua sustentação não apenas na teoria, mas na comprovação operacional recente da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) em reprimir o crime nos eixos hidroviários.

O sucesso operacional na repressão ao narcotráfico, uma das principais ameaças na Amazônia (Silva; Rosário, 2024), manifesta-se em apreensões de alto volume, como a ocorrida em 2024, onde a PMAM apreendeu 75 kg de cocaína e prendeu três homens em uma única operação fluvial (Secretaria De Segurança Pública, 2025). Essas ações de interceptação reforçam que a presença ostensiva é um fator de dissuasão e repressão indispensável, confirmando a necessidade de multiplicar esses pontos de controle estratégico.

A experiência e a doutrina especializada da PMAM, sobretudo através do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB), também são fundamentais para a viabilidade do modelo BMF, pois não se restringe apenas à fiscalização em áreas de floresta; ele estende seu patrulhamento preventivo e repressivo a áreas sensíveis e próximas a grandes centros urbanos, como o Tarumã, na capital. Essa atuação contínua, que envolve o uso de lanchas e embarcações para fiscalizar a atividade de flutuantes e garantir a ordem, demonstra que o policiamento fluvial da PMAM é adaptável e multifacetado, atuando em cenários de fronteira e em áreas periurbanas de interesse ambiental e criminal (Polícia Militar Do Amazonas, 2020). A multifuncionalidade e a experiência do BPAMB são ilustradas na Figura 1, a seguir.

Figura 1: A Polícia Militar do Amazonas apreende 75 kg de cocaína e prende três homens, em operação fluvial.



Fonte: Polícia Militar do Amazonas (2020).

Em termos de logística e tecnologia, a PMAM demonstra alinhamento com os requisitos de modernidade necessários às BMFs. O Estado investiu, em 2021, na aquisição de novas embarcações de alta potência (com motores de 330HP) para dar autonomia e mobilidade às tropas no interior (Secretaria De Segurança Pública, 2021). A relevância estratégica desses ativos logísticos para o policiamento em longas distâncias é visualizada na Figura 2, a seguir. Além do reforço logístico, a corporação investe em modernização e serviços online de atendimento ao policial militar, indicando uma capacidade administrativa e de infraestrutura digital para suportar a descentralização logística e de recursos humanos exigida pelo modelo BMF (Polícia Militar Do Amazonas, 2024).

Figura 2: Governo do Amazonas reforça policiamento fluvial no interior com entrega de novas embarcações.



Fonte: Polícia Militar do Estado do Amazonas (2021).

Outro fator crucial é o investimento na formação do efetivo, que é o pilar operacional das Bases Modulares. A realização contínua do Curso de Operações Fluviais (COPFLU) pelo Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB) serve como prova da capacidade doutrinária da PMAM de preparar e especializar policiais militares em técnicas de navegação, abordagem tática e logística de sobrevivência (Secretaria De Segurança Pública, 2025). Essa como demonstrado na Figura 2, garante que as equipes alocadas nas futuras bases modulares terão a *expertise* técnica necessária para sustentar a capilaridade ostensiva no complexo e arriscado cenário fluvial amazônico.

Figura 3: Polícia Militar do Amazonas capacita efetivo para operações em ambiente fluvial



Fonte: Secretaria de Segurança Pública (2025).

Em síntese, a PMAM já possui os três pilares que validam a proposta BMF: 1) a capacidade repressiva comprovada por apreensões significativas; 2) a *expertise* doutrinária e especializada demonstrada pela atuação do BPAMB em áreas críticas; e 3) o investimento logístico e em capacitação (embarcações e COPFLU). A implementação das BMFs, portanto, é a evolução lógica e estratégica de um trabalho já em curso, adaptando a missão constitucional à imperatividade do modal hidroviário para a segurança pública.

2.6 Proposta de Implementação de Bases Fluviais Estratégicas pela PMAM: O Modelo de Capilaridade

A proposta de transição da Base Arpão para uma rede ostensiva e preventiva liderada pela PMAM visa superar a limitação da centralização, utilizando um modelo de expansão que prioriza a capilaridade e a gestão do risco.

O primeiro passo é a definição da localização, que deve ser orientada pela Teoria dos *Hot Spots* de Crime, conforme a doutrina de David Weisburd (2015), o foco deve ser a instalação das Bases Modulares Fluviais (BMF) em pontos de estrangulamento (*choke points*), onde a atividade criminosa (pirataria, narcotráfico) se concentra. Essa alocação estratégica de recursos limitados garante o máximo impacto na redução da criminalidade, elevando o risco percebido pelos infratores e otimizando o policiamento ostensivo.

O segundo pilar é a sustentabilidade logística das novas estruturas em um ambiente de alta complexidade. A PMAM deve adotar um modelo modular e adaptável, seguindo os princípios de Clifford Shearing (2006) sobre a governança de segurança por múltiplos arranjos. As BMFs devem ser unidades flutuantes semi-permanentes, mais ágeis que a Base Arpão, permitindo sua realocação conforme a sazonalidade dos rios e a migração das rotas criminosas. Além disso, é crucial o investimento em tecnologia embarcada (comunicações via satélite e drones), fundamental para superar as deficiências de infraestrutura do interior e garantir o apoio tático e a comunicação contínua.

A institucionalização desse novo modelo exige a criação de um Núcleo de Policiamento Fluvial (NPF) dentro da PMAM, responsável pela doutrina e treinamento especializado. A capacitação deve ir além das táticas operacionais, incorporando a Doutrina de Fronteira defendida por Robson Clair da Silva (2020). Essa especialização garante que o policial militar fluvial esteja apto a lidar com questões de soberania e circulação de ilícitos transnacionais, transformando o efetivo em um agente de segurança mais capacitado na intersecção entre o combate ao crime e a defesa da fronteira.

O modelo de capilaridade exige uma gestão integrada e interoperável. Embora a PMAM seja a autora da proposta, as BMFs devem manter a matriz interagencial validada pela Base Arpão, garantindo a integração imediata com a

Polícia Civil local para a lavratura dos procedimentos investigatórios. Essa cooperação fortalece o ciclo repressivo e atende à complexidade do crime fluvial, que envolve tanto o policiamento ostensivo quanto a investigação criminal (Alves *et.al.*, 2025).

Por fim, o sucesso do projeto depende da avaliação contínua e adaptativa, além das métricas tradicionais (apreensões e prisões), o sistema deve mensurar o impacto social (percepção de segurança nas comunidades ribeirinhas) e o custo-eficácia da alocação das bases (Weisburd, 2015), essa análise contínua permitirá à corporação otimizar a distribuição de recursos e garantir que o modelo de capilaridade seja economicamente viável e efetivo no combate ao crime organizado e na proteção da soberania estadual.

III. Metodologia

A presente pesquisa propôs um modelo de intervenção e gestão para o policiamento fluvial na Amazônia, o que exigiu um rigor metodológico que unisse a fundamentação teórica à análise da viabilidade operacional (Ramos; Mazalo, 2024).

Em sua essência, o estudo é classificado como uma pesquisa aplicada, pois o objetivo é gerar soluções práticas para um problema concreto na segurança pública (Gil, 2018), e de caráter exploratório, buscando desenvolver e aprimorar conceitos sobre a capilaridade ostensiva em ambientes hídricos (Flick, 2013). Desse modo, a abordagem é predominantemente qualitativa, focando na interpretação da doutrina e da expertise institucional da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) (Prodanov; Freitas, 2013).

Os dados foram coletados por meio de uma abordagem documental, dividida em duas frentes de investigação (Mazucato, 2018), em que a primeira frente consistiu na revisão bibliográfica, realizada através da pesquisa de termos-chave em plataformas científicas como o Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, ResearchGate e Academia.edu e para garantir a pertinência, as palavras-chave utilizadas na busca foram: "Policiamento Fluvial", "Segurança Pública Amazônia", "Base Arpão", "Controle Hidroviário" e "Capilaridade Ostensiva", visando um panorama teórico robusto e atualizado (Pereira, 2018).

A segunda frente concentrou-se na Análise Documental Primária, sendo as informações coletadas diretamente dos sites institucionais da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), refletindo a visão oficial da Assessoria de Comunicação institucional, os documentos examinados, que cobriram o período de 2020 a 2024, foram cruciais para validar a viabilidade logística e operacional da proposta, englobando relatórios sobre o sucesso da Base Arpão, a doutrina do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB), a capacitação do efetivo (COPFLU) e a aquisição de novas embarcações.

O estudo empregou o Método Dedutivo, partindo de premissas gerais sobre a criminologia e a geografia da segurança para fundamentar o modelo de intervenção das Bases Modulares Fluviais (BMFs). O processo de análise foi complementado pela Triangulação Metodológica, confrontando a teoria obtida na revisão bibliográfica com os dados operacionais dos relatórios institucionais. Essa triangulação, que combina diferentes fontes e perspectivas, foi crucial para conferir validade e pertinência prática à proposta final (Ramos; Mazalo, 2024; Flick, 2013).

Por fim, para garantir a precisão da intervenção, empregou-se a Técnica de Pré-Seleção Geográfica. Embora o estudo não tenha gerado dados primários, esta técnica baseou-se na análise de relatórios de inteligência e dados estatísticos de apreensões de ilícitos para identificar os pontos de estrangulamento (*choke points*) com maior volume de ocorrências. A identificação estratégica desses eixos fluviais prioritários serviu como alicerce para a elaboração do Modelo de BMFs, garantindo que a proposta de expansão do policiamento ostensivo fosse focada nas rotas logísticas mais vulneráveis ao crime organizado.

IV. Resultados

Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora a Base Fluvial Arpão seja altamente eficaz como ponto de interdição hídrica, ela possui limitações estruturais inerentes à sua centralização estratégica, essa análise documental e bibliográfica revelou que, apesar dos impactos positivos na repressão ao narcotráfico e à pirataria fluvial em um eixo específico, a ausência de bases permanentes ou semipermanentes da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) nos municípios do interior deixa vastos eixos fluviais vulneráveis à atuação de facções criminosas menores.

A pesquisa, portanto, identificou que a expansão do modelo Arpão deve ocorrer através da criação de Bases Modulares Fluviais (BMFs), aumentando significativamente a capilaridade do policiamento ostensivo. A proposta de instalação dessas bases em pontos de estrangulamento fluvial (*choke points*), conforme a Teoria da Escolha Racional, visa elevar o risco percebido pelos infratores e reduzir as oportunidades para o crime, tornando as rotas logísticas do tráfico menos viáveis.

Para superar a limitação da centralização, o modelo de capilaridade da PMAM adota um formato modular e adaptável, em nítido contraste com a estrutura fixa da Base Arpão, como detalhado na Tabela 1. O foco

estratégico das BMFs se desloca da repressão centralizada para o policiamento ostensivo, a prevenção e a proximidade. Enquanto a Base Arpão é uma estrutura fixa, ideal para interdição de longo prazo, as BMFs são planejadas como estruturas flutuantes e semi-permanentes. Essa modularidade garante maior agilidade e a possibilidade de realocação das bases conforme a sazonalidade dos rios e a migração das rotas criminosas, aumentando a adaptabilidade e a eficácia operacional do Estado no complexo cenário hidroviário.

O modelo de capilaridade da PMAM visa superar a centralização, adotando um formato modular e adaptável, em contraste com a estrutura fixa da Base Arpão:

Tabela 1: O Modelo de Capilaridade PMAM: Contraste Estrutural

Característica	Base Fluvial Arpão (Modelo Centralizado)	BMFs (Modelo de Capilaridade PMAM)
Natureza da Estrutura	Fixa / Estrutural / Longo prazo	Flutuante / Modular / Semi-permanente
Foco Estratégico	Interdição Hídrica e Repressão Centralizada	Policiamento Ostensivo, Prevenção e Proximidade
Logística	Alta autonomia (até 30 dias)	Maior agilidade e possibilidade de realocação conforme a sazonalidade dos rios e a migração das rotas criminosas

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Reforçando o plano de capilaridade, a PMAM já demonstra a capacidade de materializar a presença ostensiva em áreas remotas, com as recentes ações da corporação, como a instalação de uma Base Operacional no Pirai, em Barreirinha, com efetivo e lancha para patrulhamento contínuo, validam a exequibilidade do modelo BMF e o compromisso com o policiamento de proximidade que chega pelo rio. Além disso, novas embarcações com motorização de alta potência (330HP) foram adquiridas e destinadas a municípios do interior, com este investimento logístico demonstra um alinhamento institucional fundamental que atende à necessidade de agilidade e mobilidade do policiamento fluvial ostensivo e repressivo, o outro resultado relevante foi a proposta de criação do Núcleo de Policiamento Fluvial (NPF), uma estrutura organizacional interna responsável pela doutrina, capacitação (COPFLU) e padronização das operações fluviais (Silva, 2020).

Em síntese, a avaliação da efetividade das Bases Modulares Fluviais deve ir além das métricas tradicionais, incorporando indicadores de Impacto Social e Custo-Eficácia (Weisburd, 2015). Esta abordagem de avaliação permitirá a otimização contínua do modelo, garantindo que o investimento seja operacionalmente eficiente e socialmente legítimo. Em suma, os resultados obtidos por meio da análise crítica da Base Arpão e da comprovação da expertise logística e doutrinária da PMAM (COPFLU e novas embarcações) confirmaram integralmente as hipóteses de partida da pesquisa. A proposta de Bases Modulares Fluviais (BMFs) se estabelece como a evolução lógica e viável para expandir o policiamento ostensivo e repressivo nos corredores fluviais do Amazonas

V. Considerações Finais

A presente pesquisa partiu da problemática relacionada à limitação do modelo centralizado de repressão fluvial adotado pela Base Arpão, cuja atuação, embora eficaz em pontos estratégicos, não alcança a capilaridade necessária para garantir a segurança pública nos municípios interioranos do Amazonas.

Os objetivos propostos foram plenamente atendidos: foi possível analisar criticamente a estrutura e os resultados da Base Arpão, identificar os eixos fluviais prioritários para expansão e propor diretrizes logísticas e doutrinárias para a implementação de Bases Modulares Fluviais (BMFs) sob a coordenação da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM).

Os resultados obtidos oferecem contribuições relevantes tanto no plano teórico quanto prático. Teoricamente, o estudo avança na aplicação da Teoria da Escolha Racional e da Doutrina de Fronteira ao contexto amazônico, articulando conceitos de criminologia situacional, geopolítica e governança interagencial. Praticamente, propõe um modelo de policiamento fluvial descentralizado, economicamente viável e adaptável à realidade logística da região, com potencial para fortalecer a presença estatal, reduzir a circulação de ilícitos e ampliar a percepção de segurança das comunidades ribeirinhas.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações que devem ser reconhecidas. A principal delas refere-se à ausência de coleta de dados primários junto às populações diretamente impactadas, o que restringe a análise da

percepção social à literatura e documentos institucionais. Além disso, não foi possível realizar simulações operacionais ou estimativas financeiras detalhadas para cada base proposta, o que limita a avaliação de custo-benefício em escala. Tais restrições não comprometem a validade dos achados, mas indicam a necessidade de aprofundamento empírico.

Diante dessas limitações, recomenda-se que estudos futuros ampliem a abordagem metodológica, incorporando entrevistas com lideranças comunitárias, questionários aplicados às populações ribeirinhas e análises comparativas entre municípios com e sem presença fluvial da PMAM. Também se sugere a inclusão de variáveis ambientais e climáticas que influenciam a logística das operações, bem como a avaliação longitudinal dos impactos sociais e econômicos da implantação das BMFs.

Por fim, propõe-se à instituição militar a adoção de medidas exequíveis e sustentáveis, como a criação de embarcações modulares com estrutura mínima para patrulhamento, o uso de drones e comunicação via satélite, a institucionalização do Núcleo de Policiamento Fluvial (NPF) para formação especializada, e a integração com órgãos civis e ambientais por meio de comitês locais. Tais ações, além de fortalecerem a capacidade operacional da corporação, promovem uma segurança pública mais inclusiva, eficiente e legitimada pelas comunidades amazônicas.

Referências Bibliográficas

- [1].ALVES, E. B. M., Santos, M. de L. G. B., Borges, T. D., Sena, R. R. de, & Mello, C. M. de A. (2025). **Resultados Operacionais Da Base Fluvial Integrada Arpão I E Seus Reflexos Na Percepção De Segurança Em Coari (Am)**. INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE, 11(2), 6051–6073. <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p6051-6073>
- [2].BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.
- [3].CASTRO, A. C.; CARVALHO, A. C.; SANTOS, A. K. S. **Incurções ao estado da arte da fronteira entre Brasil e Venezuela: uma compreensão contextual**. Espacio Abierto, v. 32, n. 4, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10107362.
- [4].COSTA, A. T. M. **Segurança pública, redes e governança**. Brasília: Editora UnB, 2023. DOI: 10.7476/9786558461708.
- [5].COUTO, Aiala Colares Oliveira. **Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: dos crimes conexos aos desafios da segurança regional**. Boletim de Análise Político-Institucional : dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 71-79, jan. 2024. ISSN 2237-6208. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art5>
- [6].HERRERO, Renan Dele; REZENDE, Nair Bastos de. **Ciclo Completo de Polícia e sua eficiência na gestão e integração dos órgãos de Segurança Pública**. JusBrasil, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/ciclo-completo-de-policia-e-sua-eficiencia-na-gestao-e-integracao-dos-orgaos-de-seguranca-publica/679328869>. Acesso em 09 de novembro de 2025.
- [7].LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MARQUES, David; SOBRAL, Isabela; et al. **Informe Especial: Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/informe-especial-seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal.pdf>. Acesso em 05 nov 2025.
- [8].MEDEIROS, Diego Magalhães. **A logística de operações em bases policiais fluviais e seu impacto no combate ao narcotráfico no Amazonas**. 2025. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/595386?guid=1760140805974&returnUrl=%2Fterminalri%2F9575%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1760140805974%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D595386%23595386&i=2>. Acesso em: 10 nov 2025.
- [9].POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM). **No Tarumã, Batalhão Ambiental retira flutuante e fiscaliza área de proteção**. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/noticia/no_taruma_batalhao_ambie-4684. Acesso em: 05 nov 2025.
- [10].POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM). **Serviços ao Policial Militar**. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/noticia/policia_militar_do_amazon-6067. Acesso em: 05 nov 2025.
- [11].REVISTA SUSP - **Revista do Sistema Único de Segurança Pública / Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**. – v. 1, n. 1 (Jan./Jun. 2021) –. – Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021-v. ISSN digital 2763-9940. ISSN impresso 2675-8482. Versão digital disponível em <https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp>.
- [12].SANTOS, V. S. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 145-168, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.25852>.
- [13].SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP-AM). **Polícia Militar do Amazonas apreende 75 kg de cocaína e prende três homens em operação fluvial**. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/policia-militar-do-amazonas-apreende-75-kg-de-cocaina-e-prende-tres-homens-em-operacao-fluvial/>. Acesso em: 05 nov 2025.
- [14].SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP-AM). **Novas embarcações de alta potência irão auxiliar no policiamento fluvial no interior do Amazonas**. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/novas-embarcacoes-de-alta-potencia-irao-auxiliar-no-policiamento-fluvial-no-interior-do-amazonas/>. 05 nov 2025.
- [13].SILVA, Cesar Sebastião da; ROSÁRIO, João Carlos Sousa do. **A importância do patrulhamento aquático nas ações de policiamento em preservação ao meio ambiente**. Revista Ciências Sociais, v. 28, n. 131, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10613247. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-do-patrulhamento-aquatico-nas-acoes-de-policiamento-em-preservacao-ao-meio-ambiente/>. Acesso em 5 nov 2025.
- [14].SHEARING, Clifford. **Governing Security: A review of the state of the art in security governance**. European Journal of Criminology, v. 3, n. 4, p. 385-405, 2003. DOI: 10.4324/9780203350713.
- [15].SILVA, Robson Clair da. **A Amazônia Legal e a importância das ações compartilhadas sobre a segurança, a defesa e o desenvolvimento nacional**. Escola Superior de Guerra, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/10611/1/ROBSON%20CLAIR%20DA%20SILVA%20-%20TCC%20CAED%202020.pdf>. Acesso em 10 nov 2025.
- [16].SOUZA, Maria Augusta Oliveira de; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Escolha Racional e Sistema Punitivo**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/redppc/article/download/90163/54032>. Acesso 28 out 2025.
- [17].WEISBURD, David. **The law of crime concentration and the criminology of place**. Criminology, v. 53, n. 2, p. 133-157, 2015. DOI: 10.1111/1745-9125.12070.